

ORGANIZAÇÕES DE BASE COMUNITÁRIAS E DIREITOS À CIDADE EM SALVADOR (BA – BRASIL): UMA EXPERIÊNCIA DE FAZER PESQUISA ENGAJADA*

MARIA GABRIELA HITA**

JOHN GLEDHILL***

Resumo: A partir das perspectivas da antropologia urbana e debates sobre desenvolvimento e pobreza, e com base numa análise longitudinal de um estudo de caso, este artigo visa refletir, desde um foco epistemológico-metodológico, sobre as virtudes e limites do papel do etnógrafo, quando para além de buscar compreender o contexto e problema de pesquisa desde um ponto de vista externo e acadêmico, ele ou ela decide fazer parte do processo, ao se envolver afetiva, política e responsavelmente com os seus co-sujeitos de estudo, comprometendo-se a participar lado a lado e até o fim do processo em curso. Esta abordagem é fundamental para o diagnóstico dos principais problemas de locais que precisam passar por intervenções urbanas profundas, e para a formulação de políticas de planejamento urbano mais sensíveis e adequadas às necessidades de cada cidade.

Palavras-chave: antropologia urbana; etnografia; organizações comunitárias; pesquisa colaborativa.

* Esta é uma versão levemente modificada de um trabalho originalmente publicado em inglês: HITA, Maria Gabriela; GLEDHILL, John (2019) — *Chapter 19: Neighbourhood Grassroots Organizations and Rights to the City in Salvador, Bahia, Brazil*. In LOW, Setha, coord. — *The Routledge Handbook of Anthropology and the City*, p. 283-296. London & New York: Routledge. ©Individual chapters copyright the contributors. Reproduced with permission of the Licensor through PLSclear. Agradecemos ao licenciante, Informa UK, o ter nos permitido republicar este material em português. Maria Gabriela Hita agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Brasil pela bolsa de produtividade em Pesquisa recebida para realizar esta pesquisa e a Camila Hita de Aguiar pela tradução do texto.

** Maria Gabriela Hita é Professora Titular do Depto. de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (Brasil), e dos PPGs em Ciências Sociais (PPGCS) e o de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM), Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) no ECSAS-PPGCS-UFBA. Atual Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

*** John Gledhill é Professor Emérito da Universidade de Manchester (Reino Unido) e membro da Academia de Ciências Sociais do Reino Unido e da Academia Britânica.

Abstract: Drawing on perspectives in urban anthropology and debates on development and poverty, and building on a longitudinal case study, this article aims to reflect, in epistemological and methodological terms, on the virtues and limitations of the role of ethnographer, when, beyond seeking to understand the context and research question from an external and academic viewpoint, he or she decides to become part of the process being studied, involving him or herself emotionally, politically and in terms of personal responsibility with the co-subjects of study, committed to participating side-by-side with them until the end of that process. This approach is fundamental to diagnosis of the principal problems of places destined to pass through profound urban interventions, and for the formulation of urban planning policies that are more sensitive and appropriate to the needs of each city.

Keywords: urban anthropology; ethnography; community organizations; collaborative research.

INTRODUÇÃO

O relatório de 2012 da UN-Habitat intitulado *Estado das Cidades da América Latina e do Caribe*, observou que aproximadamente 80% do total de habitantes desses territórios vivem atualmente nas cidades. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera essa transformação urbana ainda relativamente recente, como uma transição para um «novo tipo de urbanismo» que busca incluir um número cada vez maior de pessoas na rede de serviços básicos, mas também uma que vem oferecendo uma melhor qualidade desses serviços às populações carentes, que foram totalmente excluídas do acesso a esses bens públicos nas décadas anteriores. No entanto, apesar dos avanços significativos, as cidades brasileiras (e as cidades latino-americanas em geral) continuam sendo muito desiguais, segregadas e divididas, tanto espacial quanto socialmente¹. Segundo o diagnóstico da ONU, entre os principais problemas das cidades atualmente em expansão, encontra-se a falta de interconexão e integração adequada da infraestrutura de transporte². Essa avaliação é altamente relevante para a situação atual da cidade de Salvador, foco de discussão neste capítulo. Salvador vem passando por um processo acelerado de modernização urbana baseado em diversificadas redes de transporte. Um processo que foi iniciado efetivamente apenas em 2014, devido aos preparativos para a Copa do Mundo no Brasil. No entanto, resolver problemas de mobilidade urbana implica necessariamente aumentar a complexidade da gestão urbana. Tal incremento na complexidade da administração exige, por um lado, considerar os distintos processos de participação popular em debates sobre o tipo de cidade que os setores mais privilegiados da sociedade querem construir e, por outro lado, entender e ocupar-se de como essas transformações podem impactar os grupos mais pobres e vulneráveis da sociedade civil.

Neste capítulo, refletiremos sobre como um tipo particular de organização comunitária, o Fórum Permanente de Entidades do Bairro da Paz (FPEBP), criado em um dos maiores assentamentos irregulares de Salvador, tem mantido relações com entidades

¹ GLEDHILL & HITA, 2012.

² ESTADO DE LAS CIUDADES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2012.

governamentais que visam a participação, ainda que limitada, de moradores do bairro na tomada de decisões acerca das intervenções urbanas que afetam seus membros mais diretamente. E, mais amplamente, visando também que esses locais ganhem voz na definição do tipo de cidade e comunidade que desejam ter para suas vidas. Nossa equipe de pesquisa ajudou a criar o Fórum e o aconselhou desde 2007, permitindo-nos fazer um estudo longitudinal de um experimento que terminou fornecendo um novo instrumento para o desenvolvimento de políticas locais de planejamento urbano para este bairro, assim como para suas regiões adjacentes e a cidade como um todo. No decorrer de nossa discussão, refletimos sobre os dilemas enfrentados pelos acadêmicos ao optarem por desenvolver um relacionamento com um coletivo, especialmente quando este relacionamento envolve dar conselhos sobre seu processo de organização democrática, enquanto realiza simultaneamente pesquisas que permitem estudar o desenvolvimento comunitário «de dentro e de perto»³, com vários focos temáticos e ângulos de análise diferentes. Ao participar ativamente do processo de desenvolvimento do FPEBP, procuramos minimizar a nossa interferência nos processos de discussão e tomada de decisões do próprio coletivo, mas reconhecemos que não seria possível que a nossa presença e participação não tivessem impacto algum. A seguir, argumentamos que o tipo de engajamento que praticamos não torna, nem tampouco de fato tornou impossível atingirmos distância crítica nas nossas análises acadêmicas, apesar de membros da equipe, incluindo os alunos que estávamos treinando, haverem se comprometido com as lutas e demandas de seus interlocutores e da comunidade em geral. Embora tenhamos sido originalmente solicitados a ajudar na criação do Fórum como contrapartida à nossa pesquisa acadêmica, a relação entre a dita pesquisa e a nossa participação ativa no trabalho do Fórum se apresentou, por momentos, com um caráter conflitivo. Certos líderes da comunidade chegaram a reclamar que eles e outros residentes estavam sendo tratados como «ratos de laboratório». No entanto, o mero fato da presença de sentimentos negativos para com a pesquisa acadêmica poder articular-se abertamente, tal como o exemplificado acima (mesmo quando não sejam esses sentimentos amplamente compartilhados por todos), simplesmente reforça o argumento para que acadêmicos sigam buscando formas mais próximas de engajamento com a vida da comunidade. Mesmo sabendo que qualquer engajamento, por mais próximo que ele venha a ser, não poderá garantir relações (entre os pesquisadores e aqueles que eles pesquisam) sempre tranquilas e livres de conflitos.

³ MAGNANI, 2005: 17.

SALVADOR E A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

A modernização dos sistemas de transporte de massa de Salvador chegou tardiamente e, sem dúvida, foi longamente esperada nesta cidade cuja região metropolitana tem agora uma população que se aproxima dos quatro milhões de habitantes. Novas estradas que reduzem o tempo de viagem de carro entre diferentes zonas estão sendo construídas, mas as obras que causam maior impacto nos moradores próximos a elas são os corredores BRT — sistema rápido de transporte público (Bus Rapid Transit). Assim como o das novas pistas sendo construídas para serviços ferroviários leves e os de uma segunda linha de metrô partindo do aeroporto internacional em direção ao centro da cidade, com estações de acompanhamento e vias de acesso⁴. Esses trabalhos exigiram a remoção e a realocação de famílias advindas das comunidades que habitavam tais territórios. Entre outros, o Bairro da Paz foi diretamente afetado pela construção de uma estação de metrô à sua frente, e pelo alargamento de uma estrada e linha de BRT (a vermelha) que conectará duas pistas até recentemente separadas pela Avenida Paralela (por onde já foi instalado e inaugurada toda a linha 2 do Metrô). Esta comunidade está localizada na zona mais importante da recente expansão urbana de Salvador, onde se concentram novos empreendimentos valiosos de utilidade comercial, privada e residencial de alto nível. A comunidade do Bairro da Paz surgiu por volta dos anos de 1980s, através de invasão dessas terras, quando a área ainda estava coberta por mata atlântica. Mas, agora está completamente cercada de condomínios ocupados por cidadãos abastados e estrategicamente localizada no cruzamento da Avenida Paralela que é a principal artéria de trânsito que liga o aeroporto ao centro da cidade e às duas novas pistas sendo conectadas pelo novo BRT (perpendicular à Avenida Paralela) do lado mais próximo à Orla, a avenida Orlando Gomes, que liga a Paralela à rodovia que corre ao longo da costa do Atlântico, com a Avenida 29 de Março, do outro lado da Avenida Paralela, em direção ao Miolo da cidade de Salvador.

Em última instância, quão realmente benéfica será ou não a evolução da mobilidade urbana para a população mais pobre da cidade de Salvador, ainda é uma questão que está para ser comprovada mais adiante. Acreditamos que a renovação das redes de transporte poderão de fato fazer parte do «novo tipo de urbanismo» descrito pela UN-Habitat (ONU-Habitat), melhorando o acesso aos serviços básicos e reduzindo os problemas cotidianos que os trabalhadores costumam sofrer diariamente dentro do transporte público, tais como o das extensas jornadas de deslocamento (em tempo e espaço), onde muitos precisavam pagar até 3 passagens distintas de ônibus, ou mais, para chegarem ao seu destino final, entrando como lhes era possível e seguindo viagem muito apertados e a pé em veículos coletivos superlotados. Ou problemas como os de falta de segurança,

⁴ HITTA, 2017.

por conta dos frequentes roubos armados no transporte público, os quais costumam ocorrer nas zonas consideradas mais perigosas de alguns dos trajetos. Mas estas novas redes de transporte também incorporam preconceitos de classe, exemplificados pelas estradas com pedágio que permitem aos motoristas mais abastados acelerarem em zonas de privação urbana, e podem servir muito mais a agendas de desenvolvimento urbano socialmente excludentes. A renovação dos sistemas de transporte também é um dos resultados do aumento multifacetado das «cidades mundiais», comandando redes globalizadas de comunicação, transporte e negócios. Muitos estão se perguntando como cidades históricas que estão agora passando por crescente metropolização, bem como a de Salvador, estão inseridas nesses processos globais, e o que impacta essas diferentes escalas de transformação a nível regional e local⁵.

Contudo, essas são macro perspectivas globais que analisam a cidade e sua dinâmica desenvolvimentista como um todo, focando mais a nossa atenção nas relações entre diferentes segmentos de uma população diferenciada por classes mas, que tendem a ser racialmente flexionadas, juntamente com as relações de poder que as estruturam. Embora esse tipo de perspectiva realmente informe a nossa pesquisa, a nossa discussão está baseada em estudos etnográficos feitos no Bairro da Paz. Nosso trabalho seguiu os métodos processuais de estudos de casos estendidos e os de análise situacional desenvolvidos pela antropologia urbana inspirados nas metodologias da Escola de Manchester⁶. Buscamos aqui elucidar tanto as potencialidades como as dificuldades da pesquisa, que utiliza métodos reflexivos de observação participante⁷, e é a realizada em grupo e de modo longitudinal, com participação de diferentes pesquisadores e estudantes observando e conhecendo diferentes interlocutores e setores da comunidade por um longo período de tempo. O nosso objetivo foi o de estudar o que Norman Long⁸ denominou «a interface» entre os atores comunitários e a burocracia do planejamento urbano e outros agentes do governo, que incluem o comandante de uma base policial permanente instalada na comunidade desde 2012. Nos referimos especificamente ao programa governamental *Base Comunitária de Segurança* (BCS). O nosso objetivo foi, principalmente, o de acompanhar essa interface, mas buscando nos atentar muito mais para as relações de poder mais amplas de baixo para cima. O que nos traz de volta à questão da «participação popular» nas decisões sobre o desenvolvimento urbano.

O «Estatuto da Cidade», uma lei federal estabelecida em 2001, teoricamente obriga governos municipais a implementarem medidas para incluir a participação da sociedade civil na elaboração de instrumentos centrais de planejamento urbano, juntamente com a supervisão de sua gestão. Desse modo pretende-se assegurar um maior consenso social

⁵ SMITH, 2002; SASSEN, 2011.

⁶ GLUCKMAN, 1940; VAN VELSEN, 1967; HANNERZ, 1980.

⁷ BURAWOY, 1998.

⁸ LONG, 2004.

sobre as decisões em torno do desenvolvimento urbano e maior controle dos cidadãos sobre o que fazem os funcionários municipais. Os principais instrumentos para este fim são a LOUS (Lei de Uso e Ocupação da Terra) e o PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano). O Estatuto da Cidade se aplica a todas as cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes, com o objetivo de estabelecer uma participação democrática dos cidadãos na determinação de seus futuros caminhos de desenvolvimento. No entanto, urbanistas brasileiros como Raquel Rolnik⁹, Erminia Maricato¹⁰ e Angelo Serpa¹¹, entre outros, questionam a enorme lacuna existente entre o potencial de organizar o desenvolvimento urbano democraticamente, de acordo com o Estatuto da Cidade, e a subsequente legislação acompanhada de práticas que determinam como o desenvolvimento urbano de fato vem ocorrendo, em cada cidade.

As formas acordadas de planos de intervenção urbana são geralmente dominadas por interesses imobiliários e de outros grupos privilegiados, que decidem em conjunto com os políticos que estejam no poder qual será a melhor distribuição de acesso e uso da terra urbana para a população do país. As revelações da «Operação Lava Jato» da polícia federal deixaram bem claro como grandes empresas de construção civil projetaram esse tipo de consenso através de um sistema de incentivos e financiamento de campanhas ilegais e, por vezes, legais que beneficiaram praticamente todos os maiores partidos políticos do país. Embora revelações da barganha de chefes de empresas que terminaram presos tenham sido usadas de modo muito seletivo, principalmente contra o Partido dos Trabalhadores (PT) para facilitar o golpe «constitucional» que tirou a presidente Dilma Rousseff do poder. A proposta de elaborar um planejamento urbano participativo mais democrático permanece longe de ser uma realidade eficaz e produtiva na maioria das cidades brasileiras. Mesmo naquelas cidades onde autoridades locais organizam rituais de participação, estes rituais tendem a ser manipulados de cima para baixo e, como Caldeira & Holston¹² apontam, isso acontece porque todas as partes interessadas, incluindo promotores imobiliários e grupos de classe média ou alta, têm o direito de participar «democraticamente» nesse planejamento urbano. De modo que não haverá garantias de que os resultados poderão vir a favorecer as necessidades e lutas das pessoas da periferia urbana. No entanto, o interessante sobre o FPEBP é que, em relação às suas lideranças, quaisquer que sejam as diferenças que tenham entre si, e que são muitas, elas tendem a ser todas fortemente conscientes e contrárias à probabilidade de «imposições» vindas de cima. O FPEBP procura reivindicar direitos à cidade e promover as prioridades da comunidade chamando o Estado para prestar contas a partir de suas demandas construídas desde abaixo, organizando reuniões públicas entre

⁹ ROLNIK & KLINK, 2011.

¹⁰ MARICATO, 2011.

¹¹ SERPA, 2017.

¹² CALDEIRA & HOLSTON, 2015.

funcionários públicos e residentes locais para discutirem juntos as melhores soluções ou algumas das suas demandas. No entanto, este caso também revela alguns dos problemas que ocorrem na interface desse tipo de relações que se estabelecem entre burocracias e movimentos «populares».

As reuniões públicas organizadas pelo Fórum revelam a natureza díspar da lógica da «conversa popular» e os distintos interesses que terminam se expressando quando se trata das posições de determinados grupos e líderes dentro da comunidade. Representantes do governo muitas vezes têm dificuldade em compreender os modos de auto-expressão dos grupos populares e conseqüentemente se tornam incapazes de interpretar exatamente o que querem. Mas o inverso também é o caso. Os grupos populares geralmente não entendem como a máquina estatal opera, sem a compreensão de lógicas burocráticas que facilitariam a obtenção do benefício máximo de seus encontros com autoridades e especialistas técnicos. Isso dificulta a negociação e a construção de consensos, tanto durante quanto após o evento, nos casos em que uma abertura para negociações é garantida. Ao acompanhar etnograficamente alguns destes processos de negociação, pudemos documentar casos em que o desentendimento operacional produziu resultados menos satisfatórios do ponto de vista da comunidade, justamente por esse motivo. Assim como também pudemos documentar casos que refletem esforços por parte do governo para manipular um resultado que lhe convenha. Como, por exemplo, convidar a participação de representantes da comunidade que de antemão se sabe terem posições políticas mais conservadoras e maior suscetibilidade à cooptação do que os indicados para conduzir as negociações lideradas pelo Fórum. Existe agora uma extensa literatura etnográfica a esse respeito, sobre o porquê de algumas instituições participativas em cidades brasileiras que receberam forte promoção política por parte das administrações do PT, como Porto Alegre e municípios da região do ABC de São Paulo, terem falhado em produzir resultados mais democráticos como os seus defensores haviam prometido. Mesmo com o Partido dos Trabalhadores no controle do governo do Estado, Salvador nunca foi particularmente notável pela promoção política de instituições participativas, mas sim uma cidade onde houveram fortes iniciativas de base, como as do Bairro da Paz, comunidade reconhecida pela sua capacidade de luta e resistência, pelo que nenhuma administração municipal conseguiu ignorá-las completamente, independentemente de sua complexidade política.

Isso nos leva a argumentar que, apesar das dificuldades que acabamos de esboçar, incentivar o diálogo com uma interface de baixo para cima entre comunidade e Estado, procurando diminuir o nível de «ruído» o máximo possível e tentar construir soluções acordadas, é um importante instrumento de planejamento urbano. Apoiando desta forma a realização de um dos pressupostos do Estatuto da Cidade, criando novos canais de comunicação que favoreçam a ampliação da participação popular e inclusão de todos os setores da sociedade nas discussões sobre que tipo de cidade as pessoas querem

desenvolver para o futuro. Indo além das assembleias de representantes políticos e dos mecanismos políticos de mediação interna associados a elas, aquelas formas de conexão com o Estado que partem das bases mostram-se mais eficazes para incentivar um tipo ativo de cidadania.

O PAPEL DOS ACADÊMICOS

É precisamente no enfrentamento de problemas ou dificuldades de comunicação, falta de tradução de discursos e confronto entre setores do governo e populações-alvo que impedem o diálogo adequado sobre intervenções, que a participação de acadêmicos pode ser útil. Produtores de conhecimento relevante e também bons intermediários, no caso de equipes treinadas por pesquisadores-orientadores, como os que as universidades podem oferecer, o papel da etnografia ocupa um lugar central. Não apenas como facilitador desse tipo de intermediação, mas também pelo estímulo à observação participante e à reflexão crítica que promove. A observação participante é uma maneira de construir conhecimento prático relevante dos contextos em que a ação ocorre, contribuindo para que as vozes das comunidades sejam ouvidas e para encontrar soluções que possam gozar de uma ampla base de apoio. Isto é especialmente importante quando as intervenções urbanas podem ter diferentes implicações para distintos grupos, mesmo dentro da mesma comunidade. Essa possibilidade foi ilustrada no caso do Bairro da Paz por um assunto ao qual retornaremos mais adiante: embora somente uma minoria de famílias precisou ser realocada por causa das obras viárias relacionadas à construção da estação de metrô, além da compensação oferecida às famílias deslocadas individualmente também foram prometidos novos investimentos a ser feitos pelo governo e empresas de construção dentro da comunidade, para beneficiar aqueles que ali permanecessem.

Vamos expandir um pouco mais sobre os princípios subjacentes à «etnografia participativa» de nosso grupo com referência a debates mais amplos. Como Charles Hale aponta, podemos distinguir a antropologia «ativista» da antropologia politicamente «engajada» baseada na «crítica cultural»¹³. É possível ser um antropólogo «engajado» e, possivelmente, também um antropólogo ou sociólogo «público» engajado¹⁴, produzindo escritos que buscam convencer os colegas, o público e os formuladores de políticas a favorecer medidas mais prováveis de produzirem sociedades mais justas e tolerantes, identificando as causas das contradições e «falando a verdade ao poder», criticando as relações de poder que, em última instância, produzem situações de injustiça, opressão e violência. Mas o ativismo implica um tipo diferente de relacionamento com as pessoas que estão sendo estudadas e uma gama mais ampla de expressões de solidariedade. Críticos da antropologia ativista têm apontado, por exemplo, que as

¹³ HALE, 2006.

¹⁴ BESTERMAN, 2013; BURAWOY, 2005.

suposições de feministas ocidentais ou ativistas negras dos Estados Unidos não necessariamente ressoam com as ideias e objetivos das pessoas que participam dos movimentos sociais do Sul global, e que, por sua vez, diferem quanto à sua própria realidade prática em complexas situações de pobreza, conflito e opressão. Mas reconhecer esses tipos de problemas não é realmente um argumento para recusar qualquer tipo de envolvimento com aqueles que estudamos, e então tratá-los apenas como objetos de pesquisa acadêmica: é simplesmente um argumento para entender melhor os atores com os quais estamos lidando, o que é uma condição fundamental para fazer uma boa pesquisa de qualquer maneira, para pensar alternativas e opções realistas em um dado contexto, e para tomar decisões sobre que tipos de apoio, e para quais atores, provavelmente faremos mais bem do que mal, devemos entender que sempre existe algo ou alguma coisa de uso prático para «eles» que «nós» podemos fazer para contribuir.

Outra contribuição importante para o debate sobre a relação entre «conhecer» e «fazer»¹⁵ veio do trabalho na antropologia do desenvolvimento internacional, especialmente na Grã-Bretanha, onde o desencantamento com as «críticas culturais» puramente desconstrutivistas cresceu nos últimos anos. Cética quanto ao poder dos textos acadêmicos para mudar o mundo, Maia Green¹⁶ argumenta que os tipos de «conhecimento» que as agências de desenvolvimento e de ajuda social exigem são qualitativamente diferentes daquelas que os antropólogos produzem. As agências exigem soluções para problemas concretos. Contudo, ideias como o valor da «participação» dos beneficiários no desenho de projetos e a utilidade de incorporar o conhecimento «indígena» tratam, na verdade, de demandas feitas pelos defensores do «desenvolvimento alternativo», demandas que já foram «incorporadas» pelo aparato internacional de desenvolvimento em si. Por isso os projetos precisam estar em conformidade com uma lógica administrativa que relaciona entradas e saídas; custos e benefícios. Os quais devem, em última instância, ser indicadores quantificáveis para uma avaliação final do sucesso ou fracasso relativo do projeto e as lições que a experiência pode trazer para o futuro. Assim, Green argumenta:

Ao contrário da antropologia, que procura descompactar e dissimular através da crítica e da desconstrução, a competência no desenvolvimento implica fazer o oposto: usar conceitos construtivamente para modelar e realizar mundos políticos. Conhecimento em desenvolvimento é uma forma de ação dentro de uma forma associada de organização social¹⁷.

¹⁵ YARROW & VENKATESAN, 2012.

¹⁶ GREEN, 2012.

¹⁷ GREEN, 2012: 45.

Assim, embora o «conhecimento participativo» seja diferente do «conhecimento especializado», sobre o qual quase todos os projetos de desenvolvimento dependiam exclusivamente no passado, e esse «conhecimento interno» pode até ser considerado mais válido do que o conhecimento produzido por um especialista externo, o «conhecimento participativo, assim como a experiência viva, deriva sua relevância e utilidade de sua situação dentro da organização de desenvolvimento»¹⁸. O que conta para os avaliadores do projeto é «o processo de produção do conhecimento, mas não a qualidade do conhecimento produzido, que, sendo local, é moralmente incensurável, literalmente além da crítica»¹⁹.

Antropólogos contestam essa impossibilidade de censura, apontando, por exemplo, que o «conhecimento» coletado pode não representar uma posição compartilhada entre homens e mulheres e pessoas em diferentes posições sociais e de classe. Pode até ser um artefato das técnicas usadas para coletar informações. No entanto, mesmo que a sua lógica esteja correta, a linha tênue de Green entre o conhecimento antropológico e o conhecimento das agências de desenvolvimento não é tão clara na prática. David Mosse²⁰, assumindo uma postura de «distância crítica» de um projeto no qual trabalhou como conselheiro de desenvolvimento social responsável por promover uma espécie de participação em que as mulheres adquirissem «voz» igual à dos homens, concorda que a pesquisa antropológica revela um tipo de realidade mais confusa, mais carregada de poder do que a «realidade gerenciável» que é eventualmente fabricada em documentos de projeto. Os atores locais de maior prestígio social inicialmente dominavam as discussões, os homens achavam mais fácil entender as técnicas usadas na Avaliação Rural Participativa do que as mulheres, e os benefícios direcionados às pessoas mais pobres e às mulheres eram distribuídos de forma desigual por meio de redes clientelistas e de parentesco. No entanto, com o passar do tempo, as coisas melhoraram, porque a equipe do projeto trabalhou nesses problemas. As atividades sustentadas do projeto acabaram criando novos espaços públicos nos quais o conhecimento das mulheres e o direito de falar alcançaram maior reconhecimento social. Mas também houveram consequências não intencionais. Os esforços do projeto para obter conhecimento local criou um novo grupo de intermediários que se tornaram reconhecidos como «conhecedores». Esses indivíduos recém-empoderados se identificaram com o projeto e procuraram alcançar mobilidade social pessoal através dele. O projeto, portanto, criou uma espécie de «conhecimento local» que não existia antes, mudando a sociedade local de uma forma que não havia figurado em seus objetivos originais. Essa é uma consequência comum de intervenções estatais, que exigem que os membros da comunidade atuem

¹⁸ *Op. cit.*: 50.

¹⁹ *Op. cit.*: 51.

²⁰ MOSSE, 2005.

como intermediários em situações nas quais as lideranças tradicionais podem não ter os tipos de habilidades ou qualidades que os agentes estatais estão procurando.

A análise de Mosse sugere que é possível injetar análises antropológicas no desenvolvimento contínuo de um projeto. A equipe do projeto respondeu a problemas que eles próprios reconheciam ao fazerem análise reflexiva, com base nas observações que faziam como participantes de uma situação social. Isso nos leva a argumentar que os pesquisadores podem, e em muitos casos devem, participar dos processos de construção de diferentes tipos de conhecimento, como «especialistas» sobre um tema e como pessoas comprometidas em defender os interesses de grupos vulneráveis, que podem ser prejudicados por outros interesses dentro de sua própria comunidade. Como, por exemplo, a cooptação de alguns de seus representantes, preconceitos de classe ou outros embutidos nos objetivos do governo e do capital privado em um determinado projeto. Se só escrevemos sobre problemas academicamente em retrospecto, sem participar de debates comunitários ou diálogos entre a comunidade e o governo com base no que estamos observando e nos problemas que estamos diagnosticando, há menos chance de que a nossa pesquisa acadêmica influencie os desenvolvimentos em andamento para o melhor. Melhor aqui definido em termos de incluir os desejos e as necessidades expressas da maior parte possível da população-alvo. Além disso, como sugerimos anteriormente, os acadêmicos podem desempenhar um papel positivo na mediação das relações entre comunidades e governos, não apenas com base na capacidade de compreender os pontos de vista e objetivos de ambos os conjuntos de atores, incluindo os tipos de conhecimento que as diferentes partes consideram útil e relevante, e fornecerem «traduções» mutuamente significativas, mas também considerando a maior facilidade com a qual nós, acadêmicos, podemos pesquisar, ou buscar aconselhamento de especialistas sobre assuntos legais e técnicos de caráter mais independente.

O QUE FIZEMOS NO BAIRRO DA PAZ

O Fórum Permanente de Entidades do Bairro da Paz (FPEBP) surgiu do desejo compartilhado de vários líderes comunitários, nossa equipe de pesquisa e algumas das organizações governamentais e não-governamentais que operavam instalações dentro da comunidade, para formar uma rede mais ampla e permanente de atores sociais interessados na comunidade. O objetivo final era o de seguir discutindo os seus principais problemas e apresentar com mais eficiência as necessidades e demandas da comunidade às autoridades públicas. A concretização deste desejo começou após uma primeira e muito bem-sucedida reunião pública (audiência pública) organizada pelo nosso projeto de pesquisa. Se levou adiante esforços para unir as organizações comunitárias anteriormente fragmentadas; divididas por fatores como diferenças de orientação religiosa, bem como função e natureza, reunindo ações díspares que tendiam a ocorrer paralelamente, sem coordenação, em um consenso mais amplo. O Fórum passou a operar como um

tipo de poder local que procurava produzir consenso sobre o que era mais importante negociar com os governos estaduais e municipais, com base no princípio de que lutar juntos seria mais eficaz do que lutar separadamente.

Esta experiência segue funcionando até hoje, apesar dos altos e baixos, porque o Bairro da Paz é uma comunidade que sempre se distinguiu pela sua forte organização popular²¹. No início dos anos 1980, quando o país ainda era governado por uma ditadura militar, essa comunidade, criada pela invasão de terras desocupadas, foi um dos atores locais mais reconhecidos nos importantes movimentos urbanos de moradores de rua e moradores de favela nas cidades. A maioria de seus moradores recusou a transferência das terras que haviam ocupado para a de uma área que já era então considerada como alta prioridade em futuros investimentos de grandes imobiliárias. Sua tenacidade frente às tentativas violentas do Estado de despejá-los valeu à invasão o seu primeiro apelido e denominação de «As Malvinas» (em referência à guerra que a Grã-Bretanha lançou contra a Argentina para recuperar o controle dessas ilhas no Atlântico Sul, devido ao valor econômico-estratégico da região para a exploração de reservas de petróleo). Uma mudança de governo estadual levou à aceitação do direito dos invasores de permanecer nesse território, embora sem fornecer uma resolução satisfatória de longo prazo para questões de posse da terra, a comunidade foi renomeada como «Bairro da Paz», mas ainda teve que lutar por investimentos públicos para melhorar a sua infra-estrutura e adquirir escolas e instalações médicas. Apesar dos investimentos de organizações não-governamentais, como a Santa Casa de Misericórdia Católica, em instalações de educação e treinamento que permitiram a alguns jovens garantir um emprego melhor remunerado e na formação de cooperativas bem-sucedidas que receberam apoio de agências governamentais como a Petrobrás, a comunidade ainda possui grandes déficits nas áreas de educação, atendimento médico, instalações de lazer e infraestrutura básica.

O desenvolvimento do Fórum refletiu as contínuas promessas não cumpridas do governo, mas também refletiu o surgimento de uma nova geração de ativistas dentro da comunidade. Jovens organizados em grupos dedicados à realização de música e dança afro-baiana, além de expressões mais transnacionais da cultura popular negra, como o Hip-Hop. Esses novos atores comunitários são politizados em torno de uma noção militante de identidade «negra», a qual contesta o «mito da democracia racial» e suas políticas têm muito em comum com movimentos americanos de tipo similar; identificando-se com demandas de indenização por conta da escravidão e mobilização contra a violência policial, que mata um grande e absurdo número de jovens negros. Assim, uma tradição militante se atualizou e se reproduziu. Tudo isso indica que o Fórum surgiu com base no interesse, força e história particular dessa comunidade. Não é algo que

²¹ HITA, 2012; GLEDHILL & HITA, 2012.

poderia ter surgido em qualquer contexto ou lugar, ou ter sido criado por um processo de cima para baixo.

Hoje o FPEBP reúne as principais organizações que atuam na comunidade. Muitos são internos, tais como o seu atual Conselho de Moradores, diferentes grupos religiosos (católicos, evangélicos e adeptos do Candomblé), grupos afro-culturais já mencionados acima, o Instituto de Desenvolvimento Social APOMPAZ (orientado para melhorar as oportunidades educativas dos jovens) cooperativas como A Colibris, que produz roupas e calçados artesanais, e também professores nas escolas locais, funcionários do posto médico e o escritório do Centro de Referência para Assistência Social (CRAS). Outros estão ligados a organizações externas que têm uma participação importante na vida da comunidade, como a ONG e obra de caridade da Santa Casa de Misericórdia, a universidade e, mais recentemente, a base policial. O seu objetivo não é o de simplesmente discutir questões, mas avançar no sentido de resolvê-las por meio de reuniões com a presença de autoridades públicas dedicadas a diferentes temas.

O FPEBP foi concebido como uma réplica em microescala dos Fóruns Sociais Mundiais, lançados no Brasil sob a bandeira de dar voz a uma «sociedade civil global» que incluiria movimentos sociais populares, a fim de que estes pudessem contestar algum poder de reformulação da economia mundial dominada pelos líderes do Norte global e os interesses corporativos por trás deles. O FPEBP baseou-se em princípios particularmente inclusivos e democráticos, mas nem sempre foi possível concretizar todos eles na prática. O que geralmente acontece é que uma considerável quantidade de tempo é gasta tentando-se chegar a algum tipo de consenso, de modo que muitos grupos se cansam de debates intermináveis e saem ou reaparecem apenas quando têm interesses particulares ou projetos para defender. Portanto, é mais comum que o pesquisador registre discórdia e conflito, ou lutas pelo poder entre diferentes facções, do que uma verdadeira luta coletiva por causas e objetivos que interessam a todos. No entanto, com esforço, e em determinadas conjunturas, provou-se ser possível chegar a um amplo consenso e até ganhar algumas batalhas públicas. Este não é o lugar para entrar em detalhes sobre os altos e baixos do Fórum, discutidos em outros lugares²², mas sim para enfatizar o potencial contínuo desse tipo de organização para promover a participação popular no desenvolvimento urbano.

Nossa equipe universitária contribuiu para o trabalho do Fórum de duas maneiras. Em primeiro lugar, até pouco atrás, antes de que nossos números fossem reduzidos por cortes severos em subsídios de apoio ao treinamento de estudantes, fornecemos ao Fórum um dos dois representantes da secretaria do coletivo (formada por duas instituições, membros da Santa Casa de Misericórdia, e da nossa equipe da UFBA, por meio de um dos nossos estudantes atrelados às pesquisas de Hita), órgão responsável por

²² GLEDHILL & HITA, 2014.

preparar e divulgar as agendas e atas das reuniões do FPEBP e organizar seus arquivos de documentos. Em segundo lugar, prestamos assessoria em questões técnicas e jurídicas, e em procedimentos oficiais e lidando com burocracias governamentais, enquanto desempenhamos o papel de tradutores e intermediários. Nossa posição tem sido principalmente a de legitimar e defender as demandas da comunidade. Como pesquisadores que trabalham com moradores locais, vimos com nossos próprios olhos problemas como ruas alagadas e condições degradadas do posto médico, ouvimos funcionários, pacientes e pais sobre a inadequação dos serviços públicos no bairro. E, no caso de nossos alunos, estes tiveram experiências diretas não só da inadequação dos serviços de transporte público, mas dos perigos de assaltos armados que os moradores enfrentavam diariamente enquanto viajavam de ônibus ou aguardavam na parada sua chegada. Nos primeiros anos do Fórum, encorajamos os membros do grupo a produzir diagnósticos comunitários dos vários problemas para os quais a comunidade buscava soluções. Desde carências de infra-estrutura e emprego até problemas de falta de segurança, ajudando-os a criar modelos para essas avaliações e a irem melhorando e aperfeiçoando a apresentação desses resultados e exposições e modos de diálogo com poderes públicos.

Como estávamos seguindo as reuniões e atividades do próprio Fórum etnograficamente e como participantes, também ajudamos a organização a se reativar após momentos de desilusão e redução de suas atividades. Estes momentos foram frequentemente associados a conflitos entre personalidades, que foram exacerbados durante os períodos eleitorais porque as lideranças estavam associadas a partidos políticos diferentes. E, assim como todos os movimentos sociais, o Fórum também tendeu a ser menos ativo quando esperanças de avanço tornavam-se frustrações, revivendo então quando surgiam grandes problemas que reuniam diferentes setores da comunidade. Também procuramos manter viva a intenção original do Fórum de estar aberto à inclusão de todas as organizações comunitárias, embora alguns dos grupos fossem participantes menos regulares, simplesmente devido ao tipo de organização. Os grupos culturais, por exemplo, estavam especialmente interessados em garantir patrocínio estatal em eventos que oferecessem espaço para suas apresentações. Outros eram ativos porque seus representantes eram ativos e deixavam de acompanhar as reuniões quando haviam mudanças de equipe. Etapas de crise e desmobilização também foram momentos em que a Universidade Federal da Bahia procurou desempenhar um papel mediador, mas desta vez dentro da própria comunidade.

O INTERESSE DO GOVERNO

O governo do Estado da Bahia financiou vários projetos que buscavam consolidar o FPEBP através de recursos do conselho estadual de pesquisa. O Fórum foi visto por essas autoridades como uma tecnologia social e política de transformação; uma forma

de organizar a representação e participação popular que fortaleceria a responsabilidade social e serviria como uma ferramenta para defender as preocupações populares legítimas. O que evidentemente poderia servir de modelo para outras comunidades em circunstâncias semelhantes. Aceitou-se que a pesquisa etnográfica colaborativa era metodologicamente apropriada para fomentar esse tipo de experimento e para aprender sobre seus pontos fortes e fracos e os tipos de problemas que precisavam ser superados. Deve ser útil para o governo saber se o dinheiro público está sendo investido em projetos que são considerados valiosos e relevantes pelas comunidades visadas ou grupos específicos dentro deles, ou pode ser melhor gasto em outras iniciativas, até porque isso pode pagar dividendos políticos no momento da eleição. No caso do FPEBP, o que está sendo debatido ou feito ali dentro pode ser muitas vezes comparado com alternativas possíveis, mas que estão sendo negligenciadas ou mesmo desconsideradas pelo Estado, à medida que a discussão se concentra no que os membros da comunidade consideram suas principais prioridades de desenvolvimento social. Também é provável que as soluções que os próprios membros da comunidade propõem para seus problemas sejam mais realistas e eficazes do que aquelas propostas por burocracias estatais que não estão familiarizadas com as condições locais.

As entidades individuais do Bairro da Paz estão ansiosas para atrair projetos e apoio do governo, e muitas vezes procuram a equipe da universidade para apoiá-las. Elaboramos um projeto de pesquisa e de empreendedorismo social com duas das entidades deste Fórum para obter financiamento para fomentar um projeto, o de aprender a projetar e produzir roupas de moda que fundissem os estilos Africano e Hip-Hop, que também incluiu um apoio para o trabalho contínuo do Fórum e envolveu uma avaliação acadêmica dos pontos fortes e fracos do projeto no intuito de orientar investimentos futuros. Embora isso tenha fornecido algumas dores de cabeça administrativas para a nossa equipe, a apresentação pública dos resultados foi um grande sucesso, não apenas porque as roupas de fato tinham qualidade, mas também pela forte presença da mídia e pela oportunidade de mostrar indiretamente outros aspectos da criatividade cultural da comunidade, tais como em dança e música e organização de desfiles de moda. Também se mostrou positivo do ponto de vista da contestação da estigmatização social e da transmissão de uma imagem positiva do local e de seu povo para o restante da cidade. Mas as mudanças nas regras para financiar projetos não exclusivamente orientados para a pesquisa, fizeram dessa experiência difícil de se repetir a partir de uma universidade pública, nos anos subsequentes. Ainda quando todavia existem outras fontes públicas e privadas de financiamento, parece mais desejável que os ativistas comunitários aprendam a fazer suas próprias propostas, como muitos já o fizeram depois. O foco principal da nossa equipe agora é mais a de apoiar a evolução da estrutura organizacional que fortalece o apoio mútuo entre as entidades comunitárias representadas no FPEBP e a que reúne a comunidade em questões importantes de interesse comum. Concluiremos

discutindo a resposta do Fórum aos desenvolvimentos mais recentes que se enquadram nessa categoria, mas antes disso acrescentaremos mais um elemento ao quadro discutido até agora: o impacto da experiência de trabalhar com o Fórum sobre os alunos participantes no nosso time.

Os exercícios de pesquisa participativa são especialmente estimulantes para os estudantes, promovendo não apenas um envolvimento mais forte com os problemas sociais, mas também para estimular neles uma maior capacidade prática de se envolver efetivamente com esses tipos de problemas. Além das funções de secretariado observadas anteriormente, alguns de nossos alunos passaram a desempenhar um papel significativo no planejamento e administração das iniciativas do Fórum, muito apreciadas pelos líderes e residentes comuns. Mesmo aqueles cuja atividade principal era entrevistar, observar e escrever relatórios e dissertações para fins acadêmicos, envolveram-se profundamente com os processos que estavam afetando a vida de seus sujeitos de pesquisa e os altos e baixos do próprio Fórum. Tudo isso os encorajou não apenas a ouvir mais atentamente e dialogar com as pessoas que eles vieram conhecer, mas também a se preocupar mais com o que aconteceu depois com eles. A participação em reuniões e organização de eventos melhoraram suas habilidades em todos os sentidos, e eles redigiram seus textos de uma maneira muito mais processual e crítica do que os alunos que não tiveram uma experiência desse tipo. O que esse estilo de pesquisa realmente promoveu foi a capacidade de cuidar (no sentido dado ao termo por Tim Ingold²³, como um dos tantos textos recentes nos que este autor aborda a complexidade, benesses e problemas dos modos de se fazer etnografia).

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Como mencionado anteriormente, além do pagamento de indenizações para os moradores que precisaram ser realocados, agora estão disponíveis compensações de «contrapartida comunitária» devido aos impactos sofridos no Bairro da Paz por causa das obras rodoviárias e da estação de metrô. A maior parte das reuniões do FPEBP durante 2015 e 2016 foram retomadas com discussões sobre quais contrapartes seriam solicitadas à CONDER, a empresa de desenvolvimento urbano do governo estadual, e a empreiteira privada responsável, empresa OAS, pelo bairro como um todo, ou para grupos específicos dentro do Fórum. No entanto, apesar das demandas de longa data para a provisão de mais espaços para recreação e instalação da escola secundária Jorge Amado a fim de lidar com o déficit existente de provisão educacional, pouco capital foi de fato injetado na comunidade para melhorar a sua infra-estrutura básica. No final, foi a Base Comunitária de Segurança (BCS), não o Conselho de Moradores ou outras entidades do Fórum, que receberam quantias significativas de dinheiro do governo

²³ INGOLD, 2014.

estadual durante as negociações mais recentes. O financiamento foi canalizado através do conselho estadual de pesquisa para organizar e divulgar, em colaboração com universidades privadas e estrangeiras, um grupo de atividades a serem realizadas na BCS. Em 13 de setembro de 2016, o quarto aniversário da sua instalação original, a base da polícia mostrou o seu papel de «serviço social» ao promover uma «Feira de Saúde e Cidadania», que ofereceu check-ups médicos gratuitos, vários tipos de aconselhamento nutricional e de saúde em geral, e até aconselhamentos legais ou sobre planejamento financeiro.

Este evento ocorreu, provavelmente não por coincidência, apenas dois dias antes de uma reunião pública organizada meses antes pelo FPEBP para divulgar e buscar respostas a reclamações de moradores da comunidade contra supostos abusos cometidos por funcionários da BCS e da SUCOM, a Secretaria Municipal de Urbanismo. Representantes do Ministério Público e da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social foram convidados a discutir denúncias sobre assédio regular de membros da comunidade em procedimentos de parada e abordagem (revistar) e outras acusações ainda mais graves contra a polícia ligadas à BCS e à polícia das Rondas Especiais (Rondesp) que periodicamente entram na comunidade para prender pessoas suspeitas de atividade criminosa. O evento de 2016 foi uma continuação de uma reunião pública anterior sobre esse tema, realizada em 2013, por indignação da comunidade sobre o aparente assassinato extrajudicial do irmão de um dos principais membros do Fórum. Este foi um caso complicado, discutido em detalhe em outros lugares por Gledhill²⁴, quando ainda não havia sido esclarecido através de investigação oficial três anos após a morte do jovem.

Desde então, o comandante da base, posteriormente promovido ao posto de capitão, vinha fortalecendo as ações sociais destinadas a conquistar os «corações e mentes» da maioria da população. O sistema BCS é o equivalente baiano do programa de «pacificação» da favela do Rio de Janeiro. A instalação de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) no Rio supostamente transformaria um sistema de policiamento notório por sua corrupção, bem como pela violência que produziu altos níveis de «danos colaterais» entre moradores não envolvidos em atividades criminosas. Um novo estilo de «policiamento de proximidade», que em teoria criará melhores relações entre a polícia e os residentes, deve ser reforçado pelo envolvimento da polícia em programas sociais de benefício para a comunidade. Foi exatamente isso que o BCS do Bairro da Paz procurou tentar fazer, oferecendo cursos regulares para crianças, adolescentes e adultos, além de eventos pontuais como o «Festival de Saúde e Cidadania».

O experimento das UPPs no Rio hoje em dia já é considerado amplamente um fracasso. No entanto, no caso do Bairro da Paz, essa estratégia policial de «aproximação» se refletiu no fato de que, desde cedo, o comandante da base insistiu que a BCS deveria

²⁴ GLEDHILL, 2015.

se tornar um membro reconhecido do Fórum e buscou construir relações com o outros líderes do mesmo. Embora essas relações nem sempre tenham sido completamente cordiais, ele permaneceu ativo no grupo de discussão do WhatsApp do Fórum, e muitas vezes se ofereceu para atuar como mediador do governo em relação a vários problemas da comunidade. No entanto, se está longe de esclarecer que esse tipo de desenvolvimento será favorável aos interesses da comunidade. Alguns líderes do FPEBP expressaram preocupação com a concentração de investimentos em desenvolvimento social na BCS, descrita como uma «mini-prefeitura» instalada no coração do bairro. Além da possibilidade de uma instituição policial se tornar um instrumento de clientelismo político para o grupo que governa a cidade, é improvável que tal mudança promova um controle inclusivo e democrático, participativo, sobre a alocação de recursos. Pode simplesmente tornar mais fácil impor esquemas que proporcionem boa publicidade para políticos e soluções baratas para administradores em um período de austeridade econômica.

A BCS continua sendo alvo de fortes críticas na comunidade. Mesmo alguns dos líderes do FPEBP, os que estão dispostos a aceitar que o comandante da BCS tem boas intenções pessoais, permanecem desconfiados do aparato estatal que ele representa e do plano institucional que está por trás do projeto da BCS. As principais figuras do Fórum têm posições políticas e ideológicas divergentes. Os debates muitas vezes se tornam acalorados e personalizados a ponto de alguns indivíduos decidirem se retirar da organização, pelo menos por um período. Aqueles que tendem a ver o Estado como essencialmente repressivo têm os motivos para fazê-lo, revelados duramente na mais recente reunião pública sobre segurança e abuso policial. Os mais afetados por atos de violência e discriminação por parte da polícia incluem jovens (e, em alguns casos, não tão jovens) membros dos grupos culturais, que celebram sua negritude de maneira criativa e politizada, mas cujos estilos de vida estão supostamente associados ao crime e uso de drogas nas mentes de muitos policiais. Houve uma série de episódios nos quais a polícia entrou em residências familiares e parece haverem maltratado os pais idosos de suspeitos que foram denunciados na reunião pública de setembro de 2016, envolvendo a mãe de um ex-soldado acusado pelo crime de tráfico de armas. Um de seus outros filhos é um músico extremamente bem-sucedido, que era, ironicamente, o único músico da comunidade disposto a se apresentar na cerimônia oficial de inauguração da BCS em 2012. A senhora idosa expressou seu desgosto de como a polícia se comportou de maneira tão vigorosa no encontro do Fórum, que provocou muitos aplausos. A série acumulada de incidentes denunciados pelos residentes foi categorizada como «extremamente grave» pelo funcionário do departamento de direitos humanos, não só pelo uso desproporcional de força (infelizmente habitual) que os policiais revelaram, mas também pelo nível de preconceito que parecia estar por trás deles.

O formato espacial das reuniões públicas do Bairro da Paz se conforma a um modelo típico brasileiro que Albert²⁵ associa ao controle de reuniões participativas por funcionários ou patrocinadores políticos, uma mesa de palestrantes principais voltada para o público com uma tela de PowerPoint em um dos lados da mesa. Embora esta análise da dinâmica espacial esteja normalmente correta, o que é diferente nas reuniões do FPEBP é que são os líderes da comunidade que orquestram a reunião, e estes não inibem membros do seu público de moradores por irem à frente falar longamente (mesmo que façam uma persuasão política diferente). Alguns funcionários públicos claramente tentam evitar comparecer a esses eventos por causa da grande probabilidade de enfrentarem um morador irritado com um microfone, olhando diretamente nos olhos e apontando-lhes o dedo em modo acusatório, bem de frente para a mesa. Mas no caso da reunião de setembro de 2016, havia uma razão especial para os líderes da comunidade desejarem estar no palco, foco de atenções. Muitos moradores temem represálias por fazerem uma denúncia, com justificativa absoluta com base em experiências concretas na sua própria vizinhança e na cidade como um todo. Líderes que arriscam aceitar o calor em nome de outros, frequentemente expressam uma ansiedade sobre sua segurança pessoal que está longe de ser paranóica em um contexto no qual a operação de esquadrões da morte dentro da força policial é muito visível²⁶. O dia 15 de setembro de 2016, foi um sucesso notável para o FPEBP como um veículo que deu voz à sua comunidade, e nessa ocasião a voz também incluiu pequenos empresários e donos de bares que estavam reclamando de intervenções pesadas da SUCOM. No entanto, ao refletir sobre esse sucesso após o evento, os líderes também expressaram um ceticismo contínuo sobre se as suas queixas realmente seriam devidamente investigadas e se de fato haveriam ações oficiais posteriores para evitar problemas futuros. O que pode ser dito, no entanto, é que a persistência dessa comunidade em insistir que os crimes sejam punidos, que os direitos de seus residentes sejam respeitados e que suas prioridades de desenvolvimento social sejam reconhecidas cria uma pressão organizada de baixo que as autoridades públicas têm encontrado difícil ignorar por inteiro.

CONCLUSÃO

Nossa pesquisa acadêmica no Bairro da Paz mostra como os residentes desenvolveram formas cada vez mais sofisticadas e maduras de organização comunitária para fazerem demandas às autoridades públicas, responsabilizando-as e monitorando o progresso das negociações. Embora grande parte do que se chama de «governança participativa» no Brasil seja de cima para baixo, de uma maneira que funciona melhor sobre a venda de decisões já tomadas do que ouvindo aqueles que são afetados por

²⁵ ALBERT, 2016.

²⁶ GLEDHILL, 2015.

elas, o FPEBP apresenta a sua contestação de baixo, sendo relativamente inclusivo de todos os interesses da comunidade e resistente à «imposições» de todos os tipos. Até que ponto a comunidade pode ir além da contestação e fazer exigências para assegurar resultados concretos depende, no entanto, de sua capacidade de assegurar uma resposta solidária entre os vários tipos de autoridades públicas que são seus interlocutores. É possível encontrar pessoas que possam atuar como aliados solidários dentro dessas agências governamentais, especialmente quando as questões dizem respeito aos direitos humanos básicos. Mas isso não é simplesmente uma questão de comunicação e de garantir a compreensão mútua. As reações do governo estão sujeitas a preocupações políticas sobre refúgios eleitorais mais amplos e moldados por poderosos interesses econômicos. É por isso que formas participativas de governo, mesmo na melhor de suas intenções, não geram necessariamente os melhores resultados possíveis para os cidadãos mais pobres. Quando os cidadãos que vivem nas favelas são definidos como uma ameaça à segurança do resto da sociedade, legitimando o policiamento repressivo de suas comunidades, esse tipo de problema é agravado, porque até mesmo outras pessoas próximas da classe trabalhadora, atormentadas por problemas de crime e violência podem apoiar tais políticas, reforçando a probabilidade de que os «excessos» da polícia, como os que os moradores do Bairro da Paz reclamam, ficarão sempre impunes e sem correção.

Ao observar e refletir criticamente sobre o processo de formação, desenvolvimento e institucionalização do Fórum por meio da elaboração e debate de regras organizacionais formais e seus momentos de fortalecimento e enfraquecimento, nós, como pesquisadores acadêmicos, procuramos fazer tudo que esteja ao nosso alcance para apoiar os seus esforços de democracia interna e consolidar o seu funcionamento, uma vez já tendo sido comprovado resultados de desenvolvimentos na sua região e na cidade como um todo. Trabalhamos com as outras entidades, da melhor forma que podemos, e nem sempre com sucesso, para construir uma organização que verdadeiramente reflita sobre os principais interesses da comunidade como um todo e seja consciente de seu potencial para pressionar as demandas do governo de forma eficaz. Nesse modo de produzir conhecimento por meio da imersão e da participação ativa, que também visa impactar os campos sociais que são objeto de seu estudo, procuramos entender e traduzir a realidade social para o modo mais holístico de fazer etnografia, por meio de relações processuais estabelecidas entre pesquisadores-participantes e interlocutores na comunidade, ou nas palavras de Tim Ingold²⁷, prestando «atenção» ao *outro* de maneira a promover um «cuidado» genuíno com ele.

²⁷ INGOLD, 2014.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, Victor (2016) — *The Limits to Citizen Power: Participatory Democracy and the Entanglements of the State*. Londres: Pluto Press.
- BESTEMAN, Catherine (2013) — *Three reflections on public anthropology*. «Anthropology Today», vol. 29, n.º 6, p. 3-6.
- BURAWOY, Michael (1998) — *The extended case method*. «Sociological Theory», vol. 16, n.º 1, p. 4-33.
- (2005) — *For public sociology*. «American Sociological Review», vol. 70, n.º 1, p. 4-28.
- CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James (2015) — *Participatory urban planning in Brazil*. «Urban Studies», vol. 52, n.º 11, p. 2001-2017.
- ESTADO DE LAS CIUDADES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (2012) — *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe, 2012: Rumbo a una nueva transición urbana*. Nairóbi, Kenya: ONU-HABITAT. Disponível em <<http://unhabitat.org/books/estado-de-las-ciudades-de-america-latina-y-el-caribe-state-of-the-latin-america-and-the-caribbean-cities-report-espanol/>>. [Consulta realizada em 10/11/2015].
- GREEN, Maia (2012) — *Framing and escaping: Contrasting aspects of knowledge work in international development and anthropology*. In VENKATESAN, Soumhya; YARROW, Thomas, coord. — *Differentiating Development: Beyond an Anthropology of Critique*. Oxford & Nova Iorque. Berghahn Books, p. 42-57.
- GLEDHILL, John (2015) — *The New War on the Poor: The Production of Insecurity in Latin America*. Londres: Zed Books.
- GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela (2012) — *Beyond an anthropology of “the urban poor”*. In VENKATESAN, Soumhya; YARROW, Thomas, coord. — *Differentiating Development*. Oxford & Nova Iorque: Berghahn Books, p. 109-125.
- (2014) — *Las redes de organización popular aún pueden cambiar la ciudad? El caso de Salvador, Bahia, Brasil*. In DI VIRGILIO, Mercedes; PERELMAN, Mariano, coord. — *Ciudades Latinoamericanas: Desigualdad, Segregación y Tolerancia*. Buenos Aires: CLACSO, p. 85-112.
- GLUCKMAN, Max (1940) — *Analysis of a social situation in modern Zululand*. «Bantu Studies», vol. 14, n.º 1, p. 1-30.
- HALE, Charles R. (2006) — *Activist research versus cultural critique: Indigenous land rights and the contradictions of politically engaged anthropology*. «Cultural Anthropology», vol. 21, n.º 1, p. 96-120.
- HANNERZ, Ulf (1980) — *Exploring the City: Enquiries Toward an Urban Anthropology*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- HITA, Maria Gabriela (2012) — *From Resistance Avenue to the Plaza of Decisions: New urban actors in Salvador, Bahia*. In GLEDHILL, John; SCHELL, Patience, coord. — *New Approaches to Resistance in Brazil and Mexico*. Durham, NC & Londres: Duke University Press, p. 269-289.
- (2017) — *Uma comunidade periférica da cidade de Salvador: entre a requalificação urbana e a pacificação policial*. In GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano, coord. — *Disputas em torno do espaço urbano: processos de produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador, Bahia: EDUFBA, p. 187-213.
- INGOLD, Tim (2014) — *That’s enough about ethnography*. «Hau: Journal of Ethnographic Theory», vol. 4, n.º 1, p. 383-395.
- LONG, Norman (2004) — *Actors, interfaces and development intervention: Meanings, purposes and powers*. In KONTINEN, Tiina, coord. — *Development Intervention: Actor and Activity Perspectives*. Helsinki: University of Helsinki, p. 14-36.
- MARICATO, Erminia (2011) — *Uncontrolled metropolises*. «Estudos Avançados», vol. 25, n.º 7, p. 7-22.

- MAGNANI, Jose Guilherme Cantor (2005) — *From close up and within: Notes for an urban ethnography*. «Revista Brasileira de Ciências Sociais». São Paulo, vol. 17, n.º 49, p. 11-29.
- MOSSE, David (2005) — *Cultivating Development: An Ethnography of Aid Policy and Practice*. Londres: Pluto Press.
- PEÑA, Alejandro Milcíades; DAVIES, Thomas Richard (2014) — *Globalisation from above? Corporate social responsibility, the Workers' Party and the origins of the World Social Forum*. «New Political Economy», vol. 19, n.º 2, p. 258–81.
- ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen (2011) — *Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias?* «Novos Estudos-CEBRAP», n.º 89, p. 89-109.
- SASSEN, Saskia (2011) — *Cities in a World Economy*. Thousand Oaks & Londres: Sage Publications.
- SERPA, Ângelo (2017) — *Direito à moradia e função social da propriedade: avanços e recuos*. In GLEDHILL, John; HITTA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano, coord. — *Disputas em torno do espaço urbano: processos de produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador, Bahia: EDUFBA, p. 175-186.
- SMITH, Neil (2002) — *New globalism, new urbanism: Gentrification as global urban strategy*. «Antipode», vol. 34, n.º 3, p. 427-450.
- VAN VELSEN, Jaap (1967) — *The extended case method and situational analysis*. In EPSTEIN, A. L., coord. — *The Craft of Social Anthropology*. Londres: Tavistock, p. 29-51.
- YARROW, Thomas; VENKATESAN, Soumhya (2012) — *Anthropology and development: Critical framings*. In VENKATESAN, Soumhya; YARROW, Thomas, coord. — *Differentiating Development*. Oxford & Nova Iorque: Berghahn Books, p. 1-20.